



**Entre o currículo e a clínica: desafios docentes frente às demandas psicoemocionais pós-pandemia**

Between curriculum and clinic: teaching challenges in the face of post-pandemic psycho-emotional demands

**Emerson Mayk Cristiano dos Santos<sup>1</sup> Tânia Rodrigues Palhano<sup>2</sup>  
Rosângela Dias Carvalho do Nascimento<sup>3</sup> Ellen Caroline Rufino Rodrigues<sup>4</sup>**

Submetido: 21/01/2026 Aprovado: 24/03/2026 Publicação: 02 /04 /2026

**RESUMO**

Os impactos da pandemia continuam repercutindo no cenário educacional, onde 54% dos brasileiros apontaram a saúde mental como o principal desafio sanitário do período pós-pandemia (Ipsos, 2024). Diante disso, este artigo analisa o discurso docente sobre as alterações psicoemocionais em estudantes da educação básica no processo de retorno à presencialidade. Metodologicamente, trata-se de um estudo de caso, de abordagem qualitativa (Lüdke; André, 2020), recorte analítico de uma investigação de mestrado em duas escolas públicas de Guarabira, Paraíba, Brasil. A coleta de dados envolveu entrevistas com dois docentes do componente de Educação Socioemocional, interpretadas sob a abordagem da hermenêutica filosófica de Gadamer (1999). Os resultados evidenciam que os estudantes manifestam quadros de inibição, ansiedade e déficits cognitivos, demandando um suporte que transcende a formação pedagógica tradicional. Além do impacto nos alunos, observou-se uma sobrecarga emocional docente e a ocorrência de desvios de função do psicólogo escolar, evidenciando lacunas na execução da Lei nº 13.935/2019 e a urgência da recente Lei nº 14.819/2024. Conclui-se que, embora marcos legais ofereçam respaldo jurídico, a atenuação dos impactos no desenvolvimento integral do estudante requer a efetivação de redes multidisciplinares que diminuam a sobrecarga do corpo docente e garantam o acolhimento especializado permanente.

**Palavras-chave:** Saúde Mental Escolar. Educação Socioemocional. Trabalho Docente. Políticas Educacionais. Ensino Fundamental.

**ABSTRACT**

The impacts of the pandemic continue to reverberate in the educational landscape, where 54% of Brazilians identified mental health as the main health challenge in the post-pandemic period (Ipsos, 2024). In light of this, this article analyzes teachers' discourse regarding psycho-emotional changes in basic education students during the process of returning to in-person schooling. Methodologically, this is a case study with a qualitative approach (Lüdke & André, 2020), representing an analytical excerpt from a master's research project conducted in two public schools in Guarabira, Paraíba, Brazil. Data collection involved interviews with two teachers responsible for the Socioemotional Education component, interpreted through the lens of Gadamer's (1999) philosophical hermeneutics.

The results indicate that students exhibit signs of inhibition, anxiety, and cognitive deficits, requiring support that goes beyond traditional pedagogical training. In addition to the impact on students, an emotional overload among teachers was observed, as well as instances of role deviation among school psychologists, highlighting gaps in the implementation of Law No. 13,935/2019 and the urgency of Law No. 14,819/2024.

It is concluded that, although legal frameworks provide juridical support, mitigating the impacts on students' holistic development requires the effective establishment of multidisciplinary networks that reduce teachers' workload and ensure continuous specialized support.

**Keywords:** School Mental Health; Socioemotional Education; Teaching Work; Educational Policies; Elementary Education.

<sup>1</sup> Universidade Federal da Paraíba, UFPB. [emersonmayk2.0@outlook.com](mailto:emersonmayk2.0@outlook.com)

<sup>2</sup> Universidade Federal da Paraíba, UFPB. [taniarpalhano@gmail.com](mailto:taniarpalhano@gmail.com)

<sup>3</sup> Universidade Federal da Paraíba, UFPB. [rosedcn10@gmail.com](mailto:rosedcn10@gmail.com)

<sup>4</sup> Centro Universitário de João Pessoa, Unipê. [ellenrufino.psi@gmail.com](mailto:ellenrufino.psi@gmail.com)

## 1. Introdução

Embora o auge da emergência sanitária global, deflagrada pelo SARS-CoV-2, causador da Covid-19, tenha sido superado, os desdobramentos desse cenário ainda merecem atenção. Marcas emocionais deixadas pelo isolamento e pela incerteza seguem a desafiar o desenvolvimento integral dos estudantes (Kiviruusu *et al.*, 2024; Perrigo *et al.*, 2025), evidenciando que as implicações desse contexto permanecem ativas e que as consequências secundárias do isolamento social transcendem a cronologia do período pandêmico (Abad; Abad, 2020; Brooks *et al.*, 2020). Nesse sentido, no Brasil, a saúde mental foi apontada como o principal problema de saúde por 54% da população (Ipsos, 2024). Já em 2022, informações do Senado Federal (2022) indicavam que os prejuízos persistiam tanto no ensino formal quanto nas relações emocionais dos estudantes, apontando para a continuidade dos efeitos do isolamento social no período pós-pandêmico.

O sistema educacional sofreu uma ruptura abrupta com a suspensão do modelo presencial e a implementação do Ensino Remoto Emergencial. Essa transição forçada afetou todos os atores do processo educativo, incluindo gestores, educadores e estudantes da educação básica, conforme pontuam Vilas-Boas, Buzoni e Carneiro (2021).

Além das barreiras pedagógicas e tecnológicas, as mudanças impostas pela pandemia tiveram implicações na saúde mental da população. Estudos epidemiológicos nacionais e internacionais documentaram um aumento expressivo nos índices de transtornos mentais, como depressão, ansiedade e estresse pós-traumático (Gameiro, 2020; Silva; Rosa, 2021). No contexto brasileiro, pesquisas empíricas realizadas com estudantes da educação básica evidenciaram que a suspensão das aulas presenciais e a ruptura das rotinas escolares estiveram associadas ao aumento de sintomas ansiosos e depressivos entre jovens (Vazquez *et al.*, 2022).

Pesquisas mais recentes indicam, ainda, que tais sintomas persistem e afetam o desenvolvimento cognitivo e socioemocional dos estudantes (Kiviruusu *et al.*, 2024; Perrigo *et al.*, 2025). Tais queixas e alterações psicoemocionais tornaram-se particularmente evidentes entre os estudantes no processo de retorno gradual ao modelo presencial de ensino. Nesse sentido, as ponderações dos sujeitos desta pesquisa dialogam diretamente com os achados empíricos de Vazquez *et al.* (2022), conferindo maior densidade à análise das manifestações psicoemocionais no cotidiano escolar. Para além do impacto observado entre os alunos, nota-se que essa conjuntura reverbera na saúde emocional do corpo docente, cujos relatos são aqui discutidos à luz dos recentes marcos regulatórios da educação brasileira.

Nesse cenário, emerge a questão central desta pesquisa: de que forma as condições

psicoemocionais dos estudantes da educação básica foram percebidas e afetadas, na perspectiva docente, durante o retorno ao ensino presencial após o período de isolamento imposto pela pandemia da Covid-19?

Para responder a essa questão, estabeleceu-se como objetivo geral analisar o discurso docente sobre as alterações psicoemocionais em estudantes da educação básica no processo de retorno à presencialidade. A pesquisa foi delimitada em três objetivos específicos: (a) descrever as percepções dos docentes sobre as manifestações psicoemocionais dos estudantes no retorno presencial; (b) identificar as estratégias pedagógicas e de apoio adotadas pelas escolas frente a essa demanda; e (c) discutir a adequação da formação docente para lidar com as novas necessidades de saúde mental dos estudantes frente aos novos parâmetros da Lei nº 14.819/2024.

Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem qualitativa, utilizando a estratégia de estudo de caso (Lüdke; André, 2020) em duas escolas da rede pública de Guarabira, Paraíba, Brasil. A coleta de dados original, vinculada à investigação de mestrado de Santos (2023), incluiu entrevistas com quinze docentes, das quais o presente artigo realiza um recorte analítico focado nos professores do componente de Educação Socioemocional, utilizando a hermenêutica filosófica (Gadamer, 1999) como base para a análise dos discursos, os quais são aqui discutidos sob a ótica das legislações educacionais vigentes em 2025.

O artigo está organizado em seis seções, além desta introdução. As seções 2 e 3 apresentam a contextualização teórica do estudo, discutindo, respectivamente, os impactos sociais da pandemia da Covid-19 e suas implicações psicoemocionais no contexto educacional, a partir de uma análise crítica da literatura nacional e internacional. Na sequência, a seção 4 descreve os procedimentos metodológicos adotados. A seção 5 dedica-se à apresentação e à discussão dos resultados empíricos, à luz do referencial teórico e dos marcos legais vigentes. Por último, a seção 6 reúne as considerações finais do estudo.

## **2. A covid-19 e seu impacto social**

Se a necessidade de adaptação a novas realidades já é um desafio constante para os seres humanos, o contexto pandêmico (2020-2022) evidenciou que essa adaptação era complexa e inadiável. A pandemia da Covid-19 impôs uma transformação abrupta e generalizada da vida social, exigindo que indivíduos e instituições se reinventassem para lidar com as novas demandas de saúde pública. No âmbito educacional, essa reinvenção foi particularmente desafiadora para os profissionais da área, conforme ponderam Vilas-Boas, Buzoni e Carneiro (2021) e Perrigo *et al.* (2025).

Embora o mundo tenha enfrentado epidemias nas últimas décadas (H1N1, Zika Vírus,

Influenza), a Covid-19 foi a primeira pandemia global em grande escala em um século, provocando um medo generalizado do contato físico e da contaminação, como observam Brooks *et al.* (2020). O vírus, que se disseminou rapidamente pelo globo, evidenciou o despreparo das nações para lidar com crises sanitárias de tamanha magnitude. No Brasil, dados do Senado Federal (2022) destacam que o alto índice de mortalidade não refletiu apenas a letalidade do vírus, mas também a influência de fatores como o negacionismo e a subnotificação, impactando diretamente as políticas de saúde preventiva.

Diante do cenário de alta transmissibilidade, organismos de saúde, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), recomendaram medidas de controle, incluindo o isolamento social, o uso de máscaras faciais e a higienização das mãos. No âmbito estadual, tais orientações foram incorporadas às normativas que impactaram a organização social e a rotina das pessoas, conforme estabelecido pelo Decreto nº 41.010/2021 (Paraíba, 2021).

As consequências da pandemia transcenderam a saúde física e afetaram a saúde mental da população. Estar diante de uma ameaça invisível e potencialmente letal despertou um estado de alerta permanente e medo, conforme destacam Vilas-Boas, Buzoni e Carneiro (2021). Nessa mesma linha, Gameiro (2020), Abad e Abad (2020) apontam o aumento de casos de ansiedade e depressão decorrentes do isolamento social e da exposição contínua a situações de incerteza.

Esses achados são corroborados por evidências empíricas produzidas no contexto brasileiro. Vazquez *et al.* (2022), ao investigarem estudantes do Ensino Fundamental e Médio de escolas públicas da Região Metropolitana de São Paulo, identificaram aumento significativo de sintomas depressivos e ansiosos durante o período de suspensão das aulas presenciais, associando tais manifestações à ruptura das rotinas escolares e à fragilização das relações de sociabilidade juvenil. Os autores ressaltam que a ausência da rotina escolar intensificou o tempo de exposição às telas e a inversão do ciclo sono-vigília, fatores fortemente associados ao agravamento do sofrimento psicoemocional. Nas palavras desses autores:

Para o público jovem, a escola é um espaço que representa não só um local de estudo, é também um local de aglutinação e convivência com outras pessoas de sua idade. É por meio de uma construção histórica, denominada por Vicent *et al.* de "forma escolar", que a aprendizagem ocorre em uma construção que faz a separação de um tempo/espaço diferente dos afazeres cotidianos, dividindo a jornada da infância e da juventude entre "tempo na escola" e "tempo fora da escola". A vida sem escola durante a pandemia misturou esses tempos e espaços, impactando no aprendizado e na saúde mental dos estudantes (Vazquez *et al.*, 2022, p. 313).

Achados semelhantes aparecem também em levantamentos recentes da Ipsos (2024) no cenário brasileiro. Esses resultados evidenciam que os impactos da suspensão das aulas presenciais extrapolaram o âmbito organizacional da escola, incidindo diretamente sobre a saúde

mental e os processos de aprendizagem dos estudantes. Nessa direção, Silva e Rosa (2021, p. 14) argumentam que

os efeitos da pandemia e medidas de contingenciamento, como o distanciamento social e a suspensão de atividades presenciais de ensino, podem desencadear maior desconforto emocional e aumento do risco de doenças psiquiátricas, em especial, entre os grupos mais vulneráveis. Estes sintomas, por sua vez, contribuem para o aparecimento de prejuízos cognitivos que conseqüentemente afetam o desenvolvimento da aprendizagem.

Como desdobramento desse cenário, a Covid-19 impôs a necessidade de distanciamento físico, gerando, em alguns casos, quadros de afefobia, ou seja, medo do toque, como observam Silva, Gomes e Marinho (2018). Conforme Rad Camayd e Espinoza Freire (2021), essa realidade exigiu que todas as esferas sociais, incluindo a escola, se readaptassem rapidamente para garantir a continuidade das práticas pedagógicas em um contexto de crise.

### **3. A covid-19 e suas implicações psicoemocionais nos estudantes**

Passados os anos mais agudos da crise sanitária, observa-se que as implicações da pandemia no âmbito psíquico são mais profundas e duradouras do que as manifestações físicas imediatas. Embora sintomas biológicos como a fadiga e a perda de olfato e paladar já sejam amplamente conhecidos, as conseqüências emocionais do isolamento e incerteza continuam desafiando o desenvolvimento integral dos estudantes (Kiviruusu *et al.*, 2024). Essa complexidade manifesta-se de forma sistêmica, não se limitando aos indivíduos que foram diretamente infectados pelo vírus.

A adaptação mundial à nova realidade imposta pela pandemia exigiu a implementação do isolamento social. Conforme apontado por Brooks *et al.* (2020), a quarentena tende a ser uma experiência desagradável, marcada pela separação dos entes queridos, pela sensação de perda de liberdade e pela incerteza constante sobre a doença e os tratamentos eficazes. Tais fatores de estresse deixaram marcas que ainda são identificadas no desenvolvimento socioemocional de crianças e jovens (Perrigo *et al.*, 2025).

Abad e Abad (2020) descrevem a pandemia de Covid-19 como um desafio complexo que impactou a humanidade em diversos âmbitos, como o sanitário, social, econômico, educacional e psicológico, afetando tanto o público em geral quanto os profissionais de saúde. Manifestações como medo, angústia, depressão e insônia foram observadas, variando entre países de acordo com fatores como cultura, condições socioeconômicas e qualidade dos serviços de saúde. No Brasil, esse panorama reflete-se no cenário contemporâneo, onde a saúde mental permanece como uma das maiores preocupações da população mesmo após o fim da emergência sanitária

(Ipsos, 2024).

#### 4. Metodologia

A presente pesquisa configura-se como um estudo de caso qualitativo, constituindo-se como um recorte analítico derivado da investigação de mestrado de Santos (2023). O estudo original envolveu quinze docentes dos anos finais do Ensino Fundamental para analisar o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). No presente artigo, procede-se a um recorte analítico específico, centrado na análise dos discursos de dois professores participantes da pesquisa original, ambos responsáveis pelo componente de Educação Socioemocional, dada a relevância de seus relatos sobre a saúde mental estudantil. Esses discursos são analisados em diálogo com o referencial teórico e os marcos regulatórios vigentes no período pós-pandemia.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, voltada à compreensão dos fenômenos no contexto em que se produzem. Para Bogdan e Biklen (1994), essa abordagem permite ao pesquisador utilizar diversos instrumentos e fontes de dados na interpretação da realidade investigada.

Complementarmente, com vistas à atualização do referencial teórico desta versão ampliada da pesquisa, realizou-se um levantamento bibliográfico e documental no recorte temporal de 2018 a 2025. A busca concentrou-se em bases de dados de acesso aberto, como o Google Acadêmico e o SciELO, além de repositórios oficiais governamentais. A seleção das fontes pautou-se em critérios de fidedignidade e aderência temática, priorizando produções acadêmicas recentes e o arcabouço jurídico brasileiro vigente no período de 2019 a 2024, assegurando que a discussão estivesse ancorada na legislação em vigor.

O delineamento metodológico central é o estudo de caso. A escolha por esse tipo dá-se por tratar-se de uma estratégia que permite uma investigação detalhada de um fenômeno específico. Ou seja, “o estudo de caso é o estudo de um caso, seja ele simples e específico [...] ou complexo e abstrato. [...] O interesse, portanto, incide naquilo que ele tem de único, de particular, mesmo que posteriormente venham a ficar evidentes certas semelhanças com outros casos ou situações”, conforme observam Lüdke e André (2020, p. 20).

O *locus* da pesquisa, originalmente elaborada por Santos (2023), compreendeu duas escolas da Rede Municipal de Guarabira, Paraíba, Brasil. Conforme esse autor, “a escolha se deu através dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2019 em que ambas as escolas apresentaram os melhores resultados na avaliação” (Santos, 2023, p. 19).

Para a interpretação dos discursos, utilizou-se a hermenêutica filosófica, fundamentada nos pressupostos de Gadamer (1999). Nessa perspectiva, de acordo com Martins (1994), “o

método fenomenológico-hermenêutico caracteriza-se pelo uso de técnicas não quantitativas com propostas críticas, [...] buscando relacionar o fenômeno e a sua essência.” Este autor observa que, nesse processo, “A validação da prova científica é buscada no processo lógico da interpretação e na capacidade de reflexão do pesquisador sobre o fenômeno objeto do seu estudo” (Martins, 1994, p. 27).

A escolha de dois docentes justifica-se pelo fato de serem os responsáveis diretos pela regência do componente de Educação Socioemocional nas escolas investigadas desde a sua implementação. Conforme Santos (2023), tal disciplina foi inserida no currículo municipal como resposta estratégica aos impactos da pandemia. Logo, esses profissionais detêm o registro das experiências iniciais e das adaptações necessárias nesse cenário de transição. Nas palavras de Santos (2023, p. 76), tal componente “foi inserido justamente no contexto pandêmico como uma maneira de amenizar os impactos psicológicos e emocionais advindos da reclusão forçada.”

Portanto, o recorte alinha-se aos pressupostos da pesquisa qualitativa, que prioriza a profundidade na análise e a riqueza de detalhes em detrimento da generalização estatística, visando oferecer uma compreensão densa e contextualizada do fenômeno naquele cenário específico (Lüdke; André, 2020).

## 5. Resultados e discussões

Embora na investigação original Santos (2023) tenha mapeado o uso de tecnologias com um grupo de quinze professores, no presente recorte o foco recai sobre dois professores que lidaram diretamente com a dimensão emocional e que lecionam o componente de Educação Socioemocional em duas escolas públicas da Rede Municipal de Guarabira, Paraíba, Brasil. Nessa perspectiva, a partir da leitura de Santos (2023), notou-se, via análise dos Projetos Políticos-Pedagógicos (PPP), que tal disciplina não integrava o currículo das instituições investigadas antes da crise sanitária, sendo sua inclusão uma resposta institucional às demandas urgentes de saúde mental identificadas no retorno à presencialidade. A diretriz desse componente curricular está intrinsecamente ligada ao suporte emocional e psicológico dos estudantes, uma necessidade que se tornou premente diante das sequelas psicossociais advindas do isolamento.

Conforme abordado nas seções anteriores, produções que dialogam com o campo da psicologia, como o artigo de Abad e Abad (2020), assim como análises de divulgação científica baseadas em evidências, a exemplo de Gameiro (2020), indicam a intensificação de quadros de ansiedade e depressão no contexto pandêmico. Tais alterações psicoemocionais, como discutem Silva e Rosa (2021), configuram fatores de risco para os processos de aprendizagem, podendo comprometer o desempenho escolar, a concentração e a participação nas atividades pedagógicas.

Esses apontamentos encontram sustentação empírica em Vazquez *et al.* (2022), que, ao investigarem estudantes do Ensino Fundamental e Médio de escolas públicas durante o período de suspensão das aulas presenciais, identificaram que a ausência da rotina escolar intensificou o tempo de exposição às telas e a inversão do ciclo sono-vigília, fatores associados ao aumento de sintomas ansiosos e depressivos. Segundo os autores, a ruptura dos tempos e espaços escolares fragilizou não apenas a saúde mental dos estudantes, mas também as condições subjetivas necessárias à organização do estudo e à apropriação dos conhecimentos escolares.

Diante desse cenário de intensificação do sofrimento psicoemocional e de seus reflexos nos processos de aprendizagem, observa-se que a escola passou a ser interpelada a responder institucionalmente a demandas que extrapolam o ensino de conteúdos curriculares tradicionais. Nesse contexto, o componente curricular de Educação Socioemocional tem por desígnio auxiliar o aluno no reconhecimento e desenvolvimento de suas habilidades emocionais, na interatividade social e na gestão das dificuldades cotidianas. Santana (2022, p. 2) estabelece que tal disciplina “tem por finalidade contribuir na formação do indivíduo de forma integral; promovendo cidadãos mais responsáveis que saibam tomar melhores decisões e tenham habilidades para lidar com suas emoções”.

Tais impactos foram significativos, como se pode visualizar por meio da fala de um dos sujeitos entrevistados: “Os estudantes ficaram muito mais fechados, muito mais inibidos, não abriam as câmeras. [...] prometia alguma coisa, uma premiação, uma pontuação para incentivá-los a abrir a câmera para ter um contato melhor, olho no olho, pois alguns estavam sofrendo de ansiedade devido ao isolamento” (Docente A).

A convergência entre os relatos coletados por Santos (2023), em Guarabira e as evidências empíricas de Vazquez *et al.* (2022), cujos dados originam-se da Região Metropolitana de São Paulo, revela que o sofrimento psíquico discente no pós-pandemia é um fenômeno que perpassa realidades geográficas e socioeconômicas distintas. Embora as escolas investigadas na Paraíba possuam dinâmicas territoriais próprias, as queixas de inibição e de sintomas ansiosos assemelham-se aos padrões identificados no contexto paulista. Tal simetria reforça a tese de que a ruptura da “forma escolar” (Vazquez *et al.* 2022) e dos tempos de sociabilidade produziu marcas subjetivas transversais, exigindo que a implementação da Política Nacional de Atenção Psicossocial (Brasil, 2024) considere a escala nacional desse problema, para além das especificidades regionais.

Essa percepção, identificada no contexto empírico da pesquisa de Santos (2023), relacionada ao comprometimento do engajamento e do desempenho escolar, encontra, ainda, respaldo em dados de abrangência global. Neste sentido, a World Health Organization (WHO) registrou, em 2022, um incremento de 25% na prevalência de transtornos mentais em decorrência

do isolamento, com impactos severos sobre o público jovem (WHO, 2022).

A partir dessa constatação de que as fragilidades emocionais transcendem fronteiras geográficas, observa-se que a escola assume um papel de centralidade no acolhimento de demandas que extrapolam o currículo tradicional. Essa realidade exige dos profissionais uma sensibilidade que, por vezes, resvala na necessidade de formações complementares, como evidenciado no relato do Docente B:

Desenvolvi muito mais a minha empatia, minha sensibilidade, meu olhar para o aluno não só na questão do conteúdo, da aprendizagem [...], mas olho mais as emoções tanto que me despertou o desejo pelo curso de psicologia. Então passei a me tornar uma profissional muito mais interessada no aluno como um todo devido a demanda durante a pandemia, as queixas. [...] Percebi que houve uma queda muito grande na participação e o emocional ficou muito (abalado), eles ficaram mais sensíveis, mais fragilizados, alguns com queixas de ansiedade. [...] Até a aprendizagem deles caiu bastante (Docente B).

Os relatos dos docentes evidenciam uma sobrecarga emocional que transcende as competências pedagógicas tradicionais, revelando a ampliação das demandas dirigidas à escola e ao professor no contexto pós-pandemia. Essa realidade encontra amparo no recente ordenamento jurídico brasileiro, especificamente com a Lei nº 14.819/2024 (Brasil, 2024), que institui em seu Art. 1º, “a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares.” Esta legislação estabelece como objetivo central a promoção da saúde mental e a garantia de acesso à atenção psicossocial (Art. 2º), determinando que tais ações ocorram de forma articulada entre educação, saúde e assistência social. A urgência de sua efetivação é ratificada pelos dados deste estudo, uma vez que a referida política deve ser implementada em conjunto com a Lei nº 13.935/2019 (Brasil, 2019), que assegura a “prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.” A articulação desses marcos legais reforça que o acolhimento das demandas emocionais dos estudantes, embora previsto nas competências gerais da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), não deve ser uma atribuição isolada e desamparada do professor, mas sim uma estratégia de Estado, intersetorial e multidisciplinar.

Nesse sentido, observa-se a necessidade de formação continuada do docente, que se vê diante de exigências profissionais crescentes, muitas vezes sem o devido suporte ou investimento. Embora se reconheça a singularidade do professor na capacidade de articular o saber ao sentir e o conhecimento às emoções dos estudantes, a profissão enfrenta um cenário de fragilização e desvalorização institucional (Nóvoa, 2022). Nota-se que o docente B, por exemplo, possui formação em outra área e percebeu a necessidade de uma formação complementar (psicologia) apenas após a pandemia.

Verifica-se, ainda, a necessidade de atualização das políticas públicas no que se refere à

formação profissional continuada daqueles que estão diariamente enfrentando os novos desafios. É preciso enfatizar que os processos de ensino e aprendizagem, para além do suporte das ferramentas tecnológicas, acontecem por meio da mediação docente; portanto, é fundamental pensar este sujeito como agente de mudanças, responsável pelo desenvolvimento integral dos estudantes.

Uma segunda questão abordada com os entrevistados referiu-se às possíveis adaptações feitas em seus respectivos planos de curso. Como evidenciado pelos relatos, a pandemia e as aulas remotas orientaram uma série de alterações. Os docentes foram questionados sobre a autonomia na elaboração dessas mudanças, ao que o Docente A destaca a prevalência das diretrizes institucionais sobre o planejamento individual:

Com certeza, a gente trabalhava em cima de eixos no começo. Então era o que a secretaria determinava, que eixos a gente tinha que trabalhar. E normalmente esses eixos era mais voltados para a pandemia, pra prevenção, pra o emocional do aluno e aí a gente colocava alguma coisa da nossa disciplina casando com os eixos. Então a disciplina em si ela ficou muito reduzida, não tinha como a gente trabalhar o conteúdo que a gente tinha determinado anteriormente pra o processo durante a pandemia (Docente A).

Por meio do relato supracitado, observa-se que, de fato, a secretaria do município determinou os eixos de conteúdo. Houve uma preocupação com o emocional dos estudantes, devido aos abalos psicológicos e emocionais causados pela perda de familiares, amigos e o distanciamento social. Isso acarretou, inclusive, a priorização de temas emocionais em detrimento de conteúdos curriculares formais.

Em um dos *locus* da pesquisa, encontrou-se um psicólogo em caráter de estágio, mas as observações realizadas notaram que suas atividades estavam mais voltadas para o auxílio ao corpo docente em atividades pedagógicas, como confecção de cartazes e organização dos estudantes, do que propriamente para o atendimento psicológico. Vê-se, assim, um desperdício de uma atividade profissional essencial à atividade humana, porque exercida de forma divergente daquilo para o que deveria, de fato, estar sendo utilizada.

Em suma, esperava-se encontrar o profissional de psicologia em um espaço adequado e disponível a todos os sujeitos da instituição (estudantes, docentes e familiares). Contudo, observou-se que as demandas de acolhimento foram delegadas aos próprios professores, desprovidos de formação especializada, enquanto o psicólogo escolar atuava em desvio de função, priorizando tarefas burocráticas e de apoio pedagógico em detrimento de suas atribuições psicossociais específicas.

Não obstante essas lacunas na implementação prática do ordenamento jurídico anterior, conclui-se que a inserção da disciplina de Educação Socioemocional e a introdução da figura do

psicólogo em uma das escolas investigadas representam marcos institucionais importantes. Embora a presença desse especialista ainda não se traduza em suporte efetivo devido aos desvios de função identificados, sua inclusão no ambiente escolar constitui um avanço necessário para o enfrentamento das complexas demandas de saúde mental no cenário pós-pandemia, ratificando a importância da plena efetivação da Lei nº 14.819/2024.

## 6. Conclusão

A partir da análise dos dados coletados, percebe-se que as condições psicoemocionais dos estudantes do *lôcus* desta pesquisa foram afetadas pelo contexto pandêmico e pelo isolamento social. Isso permite afirmar que os objetivos propostos neste estudo foram alcançados, ao evidenciar as repercussões da pandemia sobre a saúde mental e os processos de aprendizagem no retorno ao ensino presencial. Essa constatação, fundamentada no discurso docente e nas observações realizadas, corrobora as ponderações de Gameiro (2020) e de Silva e Rosa (2021), cujas análises evidenciam os efeitos da pandemia sobre a saúde mental de estudantes. Os resultados empíricos de Vazquez *et al.* (2022), que identificaram manifestações semelhantes entre estudantes da educação básica na Região Metropolitana de São Paulo, apontam na mesma direção. Em uma perspectiva mais ampla, tais evidências também dialogam com a leitura de Nóvoa (2022), ao situar esses efeitos no interior de um processo educacional e social de caráter coletivo.

Os resultados do estudo de caso evidenciaram que os estudantes retornaram ao modelo presencial com queixas de crises de ansiedade, depressão e déficits de aprendizagem. Essas manifestações não podem ser compreendidas apenas como efeitos individuais, mas como expressões de um processo social mais amplo, desencadeado pela pandemia. A convergência entre os achados do presente estudo e os de Vazquez *et al.* (2022) reforça que a ruptura das rotinas escolares tem impactado tanto a saúde mental quanto os processos de aprendizagem em diferentes contextos da educação básica brasileira.

A inserção da disciplina de Educação Socioemocional e a presença do profissional de psicologia nas escolas da educação básica mostram-se medidas necessárias para suprir a demanda de queixas advindas do isolamento social intensificado pela pandemia da Covid-19. Os dados levantados indicam a urgência de que o suporte emocional nas instituições não seja atribuído exclusivamente ao corpo docente, evitando sua sobrecarga frente às demandas emergentes. Essa necessidade de amparo coletivo converge com o pensamento de Nóvoa (2022), ao defender que a educação implica a existência de um trabalho em comum num espaço público, não podendo a profissão ser deixada em uma posição de fragilidade ou isolamento diante de tamanhas responsabilidades.

Inferese a necessidade de implementação efetiva da Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares (Brasil, 2024), que estabelece diretrizes claras para a promoção da saúde mental no ambiente educativo. Tal legislação, ao articular-se com a Lei nº 13.935/2019 (Brasil, 2019), oferece o respaldo jurídico necessário para que as redes de ensino integrem profissionais de psicologia e serviço social, garantindo uma abordagem multidisciplinar que desonere o professor e assegure o atendimento especializado às demandas identificadas neste estudo.

Diante desse cenário, os dados analisados indicam que as consequências da pandemia ainda reverberarão por muito tempo na comunidade escolar. Contudo, as evidências apontam que a estruturação de um suporte psicoemocional adequado, por meio de profissionais capacitados e componentes curriculares específicos, é fundamental para atenuar os impactos negativos na aprendizagem e no desenvolvimento integral dos estudantes.

## Referências

ABAD, A.; ABAD, T. M. COVID-19 – O fator psicológico. **Integración Académica en Psicología**, [S. l.], v. 8, n. 23, p. 4-10, 2020.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: [https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 18 dez. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 12 dez. 2019. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/113935.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113935.htm). Acesso em: 20 dez. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.819, de 16 de janeiro de 2024**. Institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 17 jan. 2024. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2024/Lei/L14819.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14819.htm). Acesso em: 20 dez. 2025.

BROOKS, S. K. *et al.* The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. **The Lancet**, Londres, v. 395, n. 10227, p. 912-920, mar. 2020.

GADAMER, H. G. **Verdade e Método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Petrópolis: Vozes, 1999.

GAMEIRO, N. **Depressão, ansiedade e estresse aumentam durante a pandemia**. Brasília: Fiocruz Brasília, 13 ago. 2020. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/depressao-ansiedade-e-estresse-aumentam-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 18 dez. 2025.

IPSOS. **Ipsos Health Service Report 2024: saúde mental é o principal problema de saúde para 54% dos brasileiros.** São Paulo, 23 set. 2024. Disponível em: <https://www.ipsos.com/pt-br/health-service-report-2024>. Acesso em: 26 dez. 2025.

KIVIRUUSU, O. *et al.* Mental health after the COVID-19 pandemic among Finnish youth: a repeated, cross-sectional, population-based study. **The Lancet Psychiatry**, [S. l.], v. 11, n. 6, p. 451-460, jun. 2024.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2020.

MARTINS, J. **Um enfoque fenomenológico a pesquisa em educação.** São Paulo: Cortez, 1994.

NÓVOA, A. **Escolas e professores: proteger, transformar, valorizar.** Salvador: Editora UFBA, 2022.

PARAÍBA. Decreto nº 41.010, de 7 de fevereiro de 2021. Estabelece o Plano Educação Para Todos em Tempos de Pandemia – PET-PB, que dispõe sobre o processo de retomada das aulas presenciais dos sistemas educacionais da Paraíba e demais instituições de ensino superior sediadas no território paraibano. **Diário Oficial do Estado da Paraíba**, João Pessoa, 7 fev. 2021.

PERRIGO, J. L. *et al.* COVID-19 Pandemic and the Developmental Health of Kindergarteners. **JAMA Pediatrics**, [S. l.], v. 179, n. 5, maio 2025.

RAD CAMAYD, Y.; ESPINOZA FREIRE, E. E. Covid-19 um desafio para a educação básica. **Revista Conrado**, [S. l.], v. 17, n. 78, p. 145-152, jan. 2021.

SANTOS, E. M. C. dos. **As tecnologias no ensino e na prática pedagógica no processo de retorno às aulas presenciais pós-pandemia da COVID-19.** 2023. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2023. Disponível em: [http://www.ppped.ufcg.edu.br/images/4/45/Dissertacao\\_Final\\_Mesmo.pdf](http://www.ppped.ufcg.edu.br/images/4/45/Dissertacao_Final_Mesmo.pdf). Acesso em: 18 dez. 2025.

SANTOS, E. M. C. dos; RODRIGUES, E. C. R. A pandemia da COVID-19 e suas implicações psicoemocionais nos estudantes da educação básica – um estudo de caso. In: **Anais do IX Congresso Nacional de Educação - CONEDU.** Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: [https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2023/TRABALHO\\_COMPLETO\\_EV185\\_MD1\\_ID9242\\_TB1452\\_05082023195852.pdf](https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2023/TRABALHO_COMPLETO_EV185_MD1_ID9242_TB1452_05082023195852.pdf). Acesso em: 19 dez. 2025.

SANTANA, K. C. A educação socioemocional em tempos de pandemia da covid-19. **VII CONEDU - Conedu em Casa.** Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/79767>. Acesso em: 02/01/2026.

SENADO FEDERAL. **Impactos da pandemia na educação no Brasil.** Pesquisa DataSenado, Brasília, DF, fev. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/materias/pesquisas/impactos-da-pandemia-na-educacao-no-brasil>. Acesso em: 18 dez. 2025.

SILVA, D. S. *et al.* Afefobia em Foco: filme Repulsão a partir do prisma psicanalítico. ID on line.

**Revista de psicologia**, [S. l.], v. 12, n. 39, p. 786–795, 2018.

SILVA, S. M. da; ROSA, A. R. O impacto da COVID-19 na saúde mental dos estudantes e o papel das instituições de ensino como fator de promoção e proteção. **Revista Práxis**, [S. l.], v. 2, p. 189–206, 2021. DOI: 10.25112/rpr.v2i0.2446.

VAZQUEZ, D. A. *et al.* Vida sem escola e saúde mental dos estudantes de escolas públicas na pandemia de Covid-19. **Saúde em Debate**, [S. l.], v. 46, n. 133 abr-jun, p. 304–317, 2022.

VILAS-BOAS, M; BUZONI, D; CARNEIRO, C. **Educação na pandemia: perspectivas sobre a realidade brasileira**. 1ª. ed. Curitiba: CRV, 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Mental health and COVID-19: early evidence of the pandemic's impact: scientific brief**, 2 March 2022. Geneva: WHO, 2022. Disponível em: [https://www.who.int/publications/i/item/WHO-2019-nCoV-Sci\\_Brief-Mental\\_health-2022.1#:~:text=audit%20and%20investigations-,Mental%20Health%20and%20COVID%2D19:%20Early%20evidence%20of%20the%20pandemic's,pandemic%20on%20mental%20health%20services](https://www.who.int/publications/i/item/WHO-2019-nCoV-Sci_Brief-Mental_health-2022.1#:~:text=audit%20and%20investigations-,Mental%20Health%20and%20COVID%2D19:%20Early%20evidence%20of%20the%20pandemic's,pandemic%20on%20mental%20health%20services). Acesso em: 20 dez. 2025.